

Nem justa, nem injusta: discriminadora

As mulheres e a guerra

MARIA FERNANDA HENRIQUES

maria.mariafern@gmail.com

Universidade de Évora

Resumo

O presente texto coloca-se numa perspetiva de filosofia feminista para pensar a relação entre as Mulheres e as Guerras e desenvolve-se no horizonte da seguinte hipótese hermenêutica: durante os conflitos bélicos, como que se potencia a panóplia de estereótipos com que as sociedades em geral concetualizaram as mulheres, ao longo dos tempos. Ou seja, pretende-se compreender algumas das diferentes situações que implicam as Mulheres e que a História das Mulheres e do Género, a História Cultural e a História Social da Guerra põem de manifesto, refletindo-as à luz da hipótese de que os tempos de guerra efetiva correspondem a momentos paradigmáticos de discriminação das Mulheres.

Palavras-chave:

Mulheres. Guerra. Violência. Discriminação. Estereótipos.

Abstract

The present text places itself in a perspective of feminist philosophy to think the relation between the Women and the Wars . It develops the perspectives of History of Women and Gender, Cultural History and the Social History of War to make clear that War times correspond to paradigmatic moments of discrimination of Women.

Key concepts:

Women. War. Violence. Discrimination. Stereotypes.

Lugar de análise e nó problemático

Que pode uma reflexão filosófica fazer ao tema *as Mulheres e a guerra*? A que meandros discursivos obriga uma tal reflexão? Que horizontes devem ser convocados?

Os gerais, sobre as guerras? Os particulares e empíricos sobre esta ou aquela guerra? Os temporais? E a ser assim, dentro de que quadro? Por exemplo, se se tomar em linha de conta as guerras a partir do século XX, poderá haver a mesma abordagem reflexiva à guerra de 14/18 e às guerras da década de 1990, como é o caso da ex-Jugoslávia, ou às novíssimas guerras, do século XXI?

Estas e outras interrogações levaram-me a considerar importante definir alguns pontos que esclarecessem quer o lugar de análise do presente texto, quer o conseqüente nó problemático que ele engendra.

1. O presente texto, no que diz respeito à natureza da guerra, que não vai discutir, tem como horizonte a convicção de que não há guerras justas, assumindo totalmente a posição defendida por Tzvetan Todorov no *Libération*, no contexto da intervenção militar na Líbia, onde afirma que, quando muito, poderá haver guerras inevitáveis (Cf.

<http://www.liberation.fr/planete/2011/03/22/ilnexistepasdeguerrejuste723299>)

2. Por outro lado, coloca-se numa perspetiva de filosofia feminista para pensar a relação entre as Mulheres e as Guerras, o que, tomando de empréstimo as palavras à Federação das Mulheres do Quebec (2008), significa *d'abord situer la guerre au sein d'un système social de domination et d'exclusion à l'endroit des femmes (système patriarcal)*(5). Neste quadro, o texto desenvolve-se no horizonte da seguinte hipótese hermenêutica: durante os conflitos bélicos, como que se potencia a panóplia de estereótipos com que as sociedades em geral concetualizaram as mulheres, ao longo dos tempos. Ou seja, pretende-se compreender algumas das diferentes situações que implicam as Mulheres e que a História das Mulheres e do Género, a História Cultural e a História Social da Guerra põem de manifesto, refletindo-as à luz da hipótese de que os tempos de guerra efetiva correspondem a momentos paradigmáticos de discriminação das Mulheres, momentos esses que parecem consubstanciar séculos de acumulação de representações antropológicas enviesadas que se pautaram por tomar o masculino como modelo do humano e relegar o feminino para um lugar derivado, subalterno e inferior. Sirva como

exemplo do que acabou de ser dito, apenas, quatro aspetos: (1) durante a primeira grande guerra, as Mulheres intervieram dentro do quadro geral do *eterno feminino*: anjo ou demónio e mãe, sendo designadas como *Anjos Brancos*, enquanto enfermeiras¹, ou, *repouso dos guerreiros*, nos bordéis militares de campanha, ou, ainda, *mães escolhidas*, no projeto de reprodução forçada, da segunda grande guerra; (2) em segundo lugar, elas ocuparam o lugar dos homens-soldados, executando os seus trabalhos, mas recebendo metade do seu salário respetivo; (3) em terceiro lugar, quando acabaram os grandes conflitos, na sua grande parte, foram descartadas, como desnecessárias e empurradas, objetiva e subjetivamente, para o reduto privado do lar; (4) finalmente, foram ignoradas ou minorizadas nas grandes investigações sobre as guerras.

Estes e outros factos, que marcam a vida das Mulheres durante as guerras, põem de manifesto o peso das representações sociais e das conceções antropológicas sobre a natureza humana que a tradição ocidental configurou como um modelo assimétrico que, por isso, valoriza diferentemente o feminino e o masculino. Por outro lado, ao

¹ Este aspeto protetor assumiu a forma de *Madrinhas de guerra* que levantavam o nível moral dos combatentes e os faziam pensar na doçura dos lares longínquos, na guerra colonial portuguesa.

mesmo tempo, a sua persistência e mesmo a sua exponenciação em tempos recentes, leva-nos a questionar a interpretação que atribuiu às chamadas guerras mundiais um caráter libertador para as Mulheres, na medida em que o imaginário social e bélico vai continuando a retomar modelos ancestrais de concetualização do feminino e a manter um substrato simbólico que permite que as Mulheres possam ser tratadas como um coletivo de uso.

Num texto em que faz o balanço de 40 anos de historiografia em torno do tema *femmes, genre et guerre*², Françoise Thébaud trata exatamente este tema do possível caráter libertador das Grandes Guerras, considerando que, em relação à primeira, os trabalhos podem agrupar-se em três idades historiográficas: (1) os primeiros trabalhos que viram na guerra o fermento da emancipação das Mulheres; (2) os trabalhos dos anos 1980 que denunciam essa perspetiva e acentuam o caráter provisório e superficial das mudanças; (3) finalmente, os dos anos 1990 e 2000 que modificam o ângulo de análise e

² Terei, igualmente presente, mais dois textos da autora: Thébaud, Françoise . 2004. *Penser la guerre à partir des femmes et du genre: l'exemple de la Grande Guerre*, *Astériorion* (2) última consulta a 30 setembro de 2016. URL: <http://asterion.revues.org/103>; “A Grande Guerra. O triunfo da divisão sexual”. 1995. In *História das Mulheres. O século XX*, 31-93, ed. por Thébaud, Françoise. Porto: Afrontamento.

tendem a ver sobretudo a dimensão de transição dos anos entre as duas guerras e o seu caráter preparatório de modificações futuras. (François Thébaud 2014: 163-165). No que respeita à segunda guerra, a autora faz igualmente questão de chamar a atenção para a diferença de interpretações que ocorrem e, sobretudo, para a complexidade daquilo que está em jogo na análise e que não permite uma conclusão unívoca, nomeadamente:

“a importância da escala de observação – o indivíduo, o grupo, a coletividade – e da cronologia observada – curta, média ou longa – a incidência do ângulo de aproximação – social, cultural, jurídico – e, mais ainda, o peso das diferenças entre mulheres: diferenças de classe, de idade, de pertença nacional, de lugar de residência” (Ibidem, 165).

Convocar esta perspetiva analítica de Françoise Thébaud tem como finalidade sublinhar o sentido do meu princípio hermenêutico de leitura: o pensamento dominante sobre a natureza humana que, ao longo dos séculos se foi formando, aliando a filosofia com a teologia, e produzindo uma visão assimétrica do que é ser mulher e do que é ser homem, gerou um imaginário coletivo que trata a diferença entre feminino e masculino como uma hierarquia que não apenas configura o masculino como superior, como também pensa o feminino em termos de objeto de uso e de exploração. É esse imaginário

que subterraneamente nos trabalha e que está sempre disponível para ver as Mulheres mais como coisas do que como verdadeira humanidade que pode justificar todas as atrocidades a que as Mulheres estão sujeitas em tempos de guerra e, por outro lado, faz com que, por muitas conquistas sociais, jurídicas e culturais que as lutas das Mulheres tenham logrado alcançar, exista sempre capaz de entrar em ação uma espécie de *rejeton* simbólico que desprestigia o feminino e o coloca como um ‘recurso objetual à mão’.

3. Do ponto de vista da estruturação, e de acordo com a sua intencionalidade geral, o presente o texto vai desenvolver-se em dois momentos e uma reflexão conclusiva:

- a. O primeiro momento explorará o caso da intervenção de Marie Sklodowska Curie durante a primeira grande guerra, por o considerar como uma *mise en abîme* da maneira como as Mulheres são tratadas durante os conflitos bélicos.
- b. O segundo momento debaterá a questão da violência sexual contra as Mulheres, procurando destacar o seu enraizamento simbólico.
- c. Finalmente, uma reflexão conclusiva produzida à *sombra* do livro de Svetlana Alexievich, *A Guerra não tem Rosto de Mulher*.

1. Um exemplo paradigmático: as *petites Curies* como metáfora da relação entre as Mulheres e a guerra

Marie Sklodowska Curie e a sua filha Irene desempenharam um papel fundamental na primeira guerra dita mundial. O modo como esse papel se desenrolou pode ser lido como uma metáfora das relações das Mulheres com a guerra, configurando, como se disse antes, uma *mise en abîme* dessa relação.

Na verdade, o exemplo das *petites Curie* expressa paradigmaticamente o modo como as sociedades esperam que as Mulheres intervenham na vida pública, de acordo com a divisão sexual do trabalho e da ação, bem como a maneira como (não) valorizam a sua intervenção, sendo, por isso, uma representação fiel e total do estereótipo secular do lugar das Mulheres na vida coletiva.

Foi o telefilme, *Marie Curie une femme sur le front*, realizado por Alain Brunard, em 2014,

(<https://www.youtube.com/watch?v=RX1h74xuo0s>),

sobre o papel de Marie Curie na guerra que se me impôs violentamente como uma simbólica incontornável para compreender, de facto, como as situações de conflito armado desvendam as representações mais ancestrais sobre o que é um ser humano no feminino e no masculino e sobre quais são os seus direitos e os seus deveres respe-

tivos.

O documentário tem como uma das suas finalidades reabilitar o papel de Marie Curie e de Claude Regaud durante a primeira guerra, por considerar que esse papel não teve a ressonância merecida e é, por isso, por querer resgatar a memória de uma mulher e de um homem que deixa ver que, mesmo no esquecimento, há uma diferença entre Mulheres e Homens.

1- A primeira grande diferença diz respeito à forma como ‘entram’ na guerra.

Ele entra pela porta principal, com todas as prerrogativas formais, é integrado como oficial do exército e destacado, enquanto médico, para o hospital de evacuação de Gérardmer, no contexto de cuja nomeação faz avançar uma nova técnica de atuar sobre os feridos que consegue que seja reconhecida.

Ela entra pela porta dos fundos, como voluntária, fazendo valer a sua autoridade, a sua persistência e as suas relações para obter salvo-condutos, material de ação e direito de espaço para agir. É importante aqui realçar que, ao tempo, em 1914, Marie Curie já tinha sido agraciada com dois prémios Nobel, o último dos quais, em 1911, lhe tinha sido atribuído apenas a ela, pelo seu trabalho como investigadora.

2- A segunda grande diferença prende-se com o modo como decorrem as suas ações

Ele vai contrariar a ideia oficial de ‘evacuação dos feridos’ e rapidamente consegue que a sua perspetiva médica seja de tal maneira reconhecida que, em 1915, é-lhe atribuída a Legião de Honra, por Raymond Poincaré, e, entre meados de 1915 e inícios de 1917, torna-se conselheiro técnico do subsecretário de Estado para a Saúde do Ministério da Guerra, vindo, posteriormente, a estar na origem da conceção do Hospital Universitário Moderno, cujo projeto é estudado e copiado pelos Americanos.

Ela tem de lutar até ao final da sua ação para conseguir os meios de a levar a cabo, independentemente de ter tido uma notoriedade popular significativa de tal modo que as suas viaturas de radiologia ficaram conhecidas entre os soldados pelas ‘petites Curies’.

Marie Curie vai intervir num campo absolutamente a descoberto na assistência aos feridos porque os serviços sanitários do exército dispunham apenas de um carro radiológico e, além de tudo, os raios X ainda eram pouco utilizados. Nesse sentido, o seu projeto foi organizar unidades de apoio dotadas de aparelhos e de pessoal competente para fazer chegar à frente de combate, onde houvesse feridos, a possibilidade de se fazerem exames radiológicos imediatos.

Para isso, teve de lutar em várias frentes: (1) fazer visitas às damas francesas ricas, pedindo-lhes que lhe cedessem os seus automóveis para os poder adaptar ao apoio radiológico, (2) desenvolver ações junto dos cocheiros para que eles transformassem os automóveis em carros de carga; (3) angariar apoio junto dos construtores de aparelhos de raios X e de dínamos para que lhe ofereçam o material, (4) preparar pessoas capazes de manipularem os dispositivos, (5) envolver-se a si mesma e à sua filha Irene, com 17 anos, no trabalho direto, (6) enfrentar o desconhecimento de alguns médicos sobre o valor ou sobre a necessidade da radiologia, (7) superar a má vontade dos militares, nomeadamente dos médicos, em relação à presença de mulheres na frente de guerra e, sobretudo, exercendo um saber que escapava a muitos.

Só a determinação pessoal permitiu que Marie Sklodowska Curie tivesse conseguido preparar e fazer funcionar, durante os anos de 14-18: vinte carros (unidades móveis), 200 postos fixos e 150 técnicas de radiologia, tendo sido realizadas, só entre 1917 e 1918, 1100 000 radiografias. (Françoise Giroud1981). Na introdução ao livro que publica em 1921, intitulado, *La radiologie et la guerre*, Marie Sklodowska Curie refere a sua ação no desenvolvimento da radiologia,

onde diz, *j'ai pris une parte active* (Mme Pierre Curie 1921, 2), salientando que a sua intervenção se deu por se ter querido pôr ao serviço da Defesa Nacional, tendo-se decidido pela organização dos serviços radiológicos, por os considerar de grande importância para a situação e por o seu desenvolvimento ser insuficiente no início da guerra. Na sequência afirma que foi responsável pela criação de um serviço de Radiologia auxiliar do Serviço de Saúde Militar, tendo tido, igualmente, de se ocupar com a formação de pessoal necessário a esse serviço.

A última grande diferença articula-se com o esquecimento.

Admitindo, embora, que Regaud não tenha tido o reconhecimento que a sua ação em prol dos soldados franceses e do desenvolvimento da assistência hospitalar justificariam, a verdade é que lhe foi atribuída a Legião de Honra, tendo também sido chamado a desempenhar um papel junto do Ministério da Guerra, como já foi dito. Além disso, em 1920, Henri de Rothschild patrocinou a criação de uma fundação para o desenvolvimento da radioterapia, a Fundação Curie, que, todavia, fica ligada à secção de pesquisa biológica e médica do Instituto do Rádio, dirigido por Regaud. (Françoise Giroud 1981).

Em contrapartida, quando a guerra acabou, as ‘petites Curies’ serão

rapidamente esquecidas e a França não propôs a Legião de Honra para Marie Curie, não dando, assim, nenhuma visibilidade ao seu esforço nem à sua ação inovadora que tinham também ajudado a salvar muitas vidas.

Estas três grandes diferenças que assinala representam diretamente o aspeto estereotipado da relação das Mulheres com a guerra: Marie Sklodowska Curie faz um trabalho **voluntário**, de **apoio** ao exercício efetivo da medicina cirúrgica, de **bricolage** e de **bastidores** – adaptando objetos usados e não de tecnologia de base, por um lado, e, por outro, pedindo às portas e concitando boas vontades, na sombra, portanto – e, finalmente, desaparecendo da ribalta quando a sua tarefa de auxílio deixou de ser necessária.

Agiu, pois, sorrateiramente, com descrição e como auxiliar dos homens, esses sim, protagonistas efetivos da ação central. As Mulheres devem ser **ajudantes** dos Homens! Foi esse papel que toda a filosofia e toda a teologia ocidental dominante lhes reservaram, desde os chamados Padres da Igreja até ao grande sistema filosófico de Tomás de Aquino.

Mas há um *quid* na ação de Marie Curie que realça ainda mais a situação geral em que as Mulheres agem: é preciso ser génio, ser mui-

to melhor do que a generalidade dos Homens para que qualquer Mulher consiga subsistir na memória coletiva e, mesmo num plano secundário, consiga ser resgatada do total apagamento. No caso vertente, Marie Sklodowska Curie era, **apenas**, duplamente laureada com um prémio Nobel, num tempo em que as Mulheres não tinham ainda visto universalmente reconhecido o seu direito a ingressarem em estudos superiores.

2. Violência sexual contra as Mulheres em tempos de guerra: protótipo de um imaginário social discriminador

No dia 19 de junho de 2015, foi aprovada, na Assembleia Geral das Nações Unidas, a Resolução que visa sensibilizar para a necessidade de acabar com a violência sexual durante tempos de conflito³. A Resolução foi aprovada por consenso, sendo Portugal um dos 114 Estados copatrocinadores

Esta data passa a representar o **Dia Internacional para a Eliminação da Violência Sexual em Conflito**, comemorando, igualmente a adoção da Resolução 1820, pelo Conselho de Segurança das Nações

³ Para uma visão sistemática da jurisprudência sobre a relação entre as Mulheres e a guerra ver, por exemplo: Sánchez, Carolina Jiménez. 2015. *Las mujeres en los conflictos armados: conflicto, processo de paz y conflicto*. Málaga: Universidade de Málaga.

Unidas, em 2008, que reconhecia a violência sexual como uma tática de guerra e uma ameaça para a paz e para a segurança global, reconhecendo “que as mulheres e as raparigas são as primeiras vítimas da violência sexual usada como arma de guerra para humilhar, dominar, intimidar, dispersar ou reinstalar à força os membros civis de uma comunidade ou grupo étnico”.

(<https://unric.org/pt/mulheres/17999>).

Ambas as Resoluções se enquadram na anterior Resolução 1325, de 31 de outubro de 2000, que o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou por unanimidade, “reafirmando a importância da promoção da igualdade de género em todas as fases dos processos de construção da Paz e da promoção da segurança. Trata-se do reconhecimento dos impactos específicos que as guerras contemporâneas e as situações de insegurança têm sobre as vidas das mulheres, raparigas e meninas em todo o mundo e dos esforços desenvolvidos para os combater e minimizar”.

(<http://www.igualdade.gov.pt/index.php/pt/area-internacional/resolucao-1325.html>)

Para além de toda a atividade que desde 1975 se tem desenvolvido, no plano internacional, na procura da definição de condições políti-

cas e culturais que promovam a igualdade entre os sexos, que significam, exatamente, estas duas Resoluções das Nações Unidas ligadas à guerra e à violência sexual?

Este segundo ponto do texto vai tentar compreender tal significação, organizando-se em dois tópicos de natureza diferente: um primeiro, de cariz mais existencial, designado como **O drama**, e o segundo, informativo e argumentativo, intitulado **Factos e Debates**.

O drama

Começamos por algumas notícias dos meios de comunicação escrita, mais ou menos recente:

Milhares de mulheres e de crianças já foram violadas na República Democrática do Congo por militares e rebeldes. Os capacetes azuis não têm conseguido impedir as violações. Mas, pela primeira vez, um grupo de homens foi condenado pela prática destes crimes.

[...]

[...]o problema das violações cometidas por militares no Congo, não é de agora. E recentemente estendeu-se às zonas fronteiriças com Angola, vitimando mulheres angolanas, como confirmou no mês passado, em entrevista à “Voz da América”, a responsável das Nações Unidas para a prevenção da violência sexual em conflitos armados, Margot Wallström. Só em Janeiro registaram se mais de 182 violações em aldeias de ambos os lados da fronteira entre Angola e o Congo, segundo esta responsável.

[...]

O problema das violações das mulheres no Congo arrasta-se há vários anos. Um relato de 1994 refere a história de uma mulher, Angélique, cujo marido foi degolado pelos rebeldes que entraram na sua aldeia. Amarraram-na entre duas árvores com os braços e as pernas afastadas. Sete homens violaram-na até desmaiar. A seguir enfiaram galhos na sua vagina. (Jornal Público, 8/3/2011)

As mulheres são um grupo particularmente vulnerável em cenários de conflito armado. E a violação tem vindo cada vez mais a tornar-se uma arma de guerra, à semelhança de qualquer metralhadora ou granada, utilizada tanto por elementos do exército regular como pelos grupos guerrilheiros, dado que o terror é um meio frequente de alcançar objetivos.

«A violação de guerra intimida o inimigo. Desmoraliza o. Engravidas as mulheres e, como tal, alimenta o genocídio. Interfere na identidade da geração seguinte. Desagrega as famílias. Dispersa populações inteiras. Cria cisões entre os membros da família. Prolonga pelas gerações seguintes o domínio do opressor», afirma Sally J. Scholtz, professora de Filosofia na Universidade de Villanova (Pensilvânia, EUA).

Em África, por exemplo, as mulheres e as adolescentes, «enquanto símbolos da honra das suas comunidades, são violadas para humilhar as mulheres, os homens e toda a comunidade», refere Véronique Aubert, vice-diretora do Programa África da Amnistia Internacional.

[...]

Mais recentemente, na década de 1970, quando o Bangladesh deu início à sua guerra para se tornar independente do Paquistão, o Exército paquistanês terá violado 20 mil mulheres, raptando-as muitas vezes das suas próprias casas. E, já nos anos de 1990, a

violação foi uma prática comum durante as guerras na ex-Jugoslávia, calculando-se que tenham sido violadas entre 20 mil e 50 mil mulheres. (Além-Mar, Novembro de 2010)

O exército do Sudão do Sul e as milícias que são suas aliadas foram autorizadas a violar mulheres como forma de pagamento pelos serviços militares prestados, denuncia um relatório das Nações Unidas. De acordo com a investigação feita, o exército está a aplicar uma política de "terra queimada" em que as propriedades são destruídas, os bens são pilhados e os civis são mortos ou sexualmente atacados — só no ano passado foram violadas no estado de Unity 1300 mulheres e raparigas. (Jornal Público, 11/3/2016)

*"No había agua corriente y mi madre y yo habíamos salido a buscar agua con cubos. Al llegar al puente, los soldados americanos dijeron que mi madre debía pasar, pero que yo tenía que esperar allí. Mamá hizo ademán de volver atrás, pero la empujaron y la obligaron a atravesar el puente. Ella **miraba hacia atrás sin perderme de vista, pero no podía hacer nada**". Así relata **Elfriede Seltenheim** el momento en que las tropas de los aliados occidentales, que habían ocupado su pueblo en Ostbrandenburg, la arrancaron del seno de su familia.*

*Tenía 14 años en aquel mes de febrero de 1945. Una fotografía tomada unos días antes, a modo de celebración del final de la II Guerra Mundial, la muestra con una tímida sonrisa y dos trenzas doradas que caen sobre sus hombros. Desde allí fue trasladada a un barracón en el que **los soldados estadounidenses la violaron innumerables veces, día y noche, durante cuatro semanas.***

*"No recuerdo haber gritado ni una sola vez. Estaba aterrada", dice. A sus 84 años, recuerda los hechos mientras limpia sus manos, una y otra vez, en la cobertura que protege el reposa brazos del sillón en el que repasa sus recuerdos. Cuando regresó a casa no se habló jamás del asunto, ni jamás desde entonces se le ha ocurrido reclamar ningún tipo de reconocimiento o indemnización. "**Algo quedó muerto en mí**", trata de explicar ahora. "Perdí la sonrisa para siempre. Después perdí las lágrimas. Y le voy a decir una cosa: **se puede vivir sin sonreír, pero no se puede vivir sin llorar**". (Jornal El Mundo, 8/3/2015).*

São citações longas e aleatórias, cujo objetivo é evidenciar algumas notas ligadas ao tópico da violência sexual sobre as Mulheres em conflito. Destacaria três aspetos: (1) a complexidade que assume essa forma de violência; (2) a sua continuidade e permanência; (3) a sua dramática implicação pessoal e social na vida das Mulheres. Embora os três aspetos estejam interligados, o primeiro é de natureza totalmente diferente dos outros dois, na medida em que, como os textos referem, a violência sexual contra as Mulheres em tempo de guerra pode ir da simples fúria devastadora de Homens em situação de alienação descontrolada até à minúcia planificada e, portanto, como uma estratégia militar e política. No meu entender, a raiz desta situação é a mesma desigualdade estrutural entre feminino e masculino que povoa o nosso imaginário social e que determina uma hie-

rarquia entre os sexos, com penalização para o feminino. Contudo, ao poder assumir a forma de tática e estratégia de guerra, assume dimensões que ultrapassam esta perspetiva.

No que diz respeito aos segundo e terceiro tópicos, entramos, diretamente, na dimensão de drama existencial desta problemática quer pelo facto de eles representarem um perigo, sempre iminente, no horizonte das Mulheres, em estado de guerra, quer porque têm consequências em termos subjetivos, destruindo psicologicamente as vítimas e em termos objetivos porque são sempre um motivo de vergonha social e, ao mesmo tempo, fator de exclusão e de marginalização. Nesse contexto, a última citação é, absolutamente, paradigmática porque abrange os diferentes aspetos da dimensão dramática do problema. O mais evidente é, certamente, a sensação de impotência: *Ella miraba hacia atrás sin perderme de vista, pero no podía hacer nada*, diz Elfriede Seltenheim, referindo-se à sua mãe que, sabendo, embora, o que lhe ia acontecer, também sabia que “no podía hacer nada”. Impotência também, quando, com 84 anos, recorda a violência de que foi vítima e a sua incapacidade sequer de gritar. Obviamente que aqui a impotência se alia ao terror, mas, em qualquer caso, resultam as duas – impotência e terror – do facto de se saber to-

talmente vulnerável e infinitamente mais fraca que os agressores. Impotência ainda quando, consumada a violência, ela tem de ser silenciada: “Cuando regresó a casa no se habló jamás del asunto”. E aqui parece-me possível realçar o aspeto radical que essa impotência assume, porque aponta para uma espécie de fatalidade inerente à ‘natureza das coisas’. Dito de outra maneira: a violação é algo que os Homens fazem às Mulheres, mas que, apenas a elas cabe suportar, porque a violação não pode ser acolhida na vida ou na memória coletiva. A continuidade da convivência social obriga ao apagamento do facto, que apenas deve ser suportado por cada uma das Mulheres violadas. Igualmente claro no testemunho relatado é a destruição pessoal que tal violência engendra: “Algo quedó muerto en mí”. “Perdí la sonrisa para siempre. Después perdí las lágrimas. Y le voy a decir una cosa: se puede vivir sin sonreír, pero no se puede vivir sin llorar”. Há uma marca indelével como resultado de uma situação de violência sexual em guerra e essa marca não se dissolve no tempo, pelo contrário, adensa-se. A alegria perde-se, para sempre. Contudo, depois pode-se perder algo mais estruturante da expressão de sentimentos humanos – chorar, ou seja, deixar-se tocar pelo desenrolar da vida e comover-se com isso por um sentimento de pertença à

humanidade. Perder a capacidade de chorar significa também perder a consciência das amarras que, para o bem e para o mal, mantemos com os nossos semelhantes e essa rutura é, certamente, a maior expressão da total solidão existencial em que alguém se pode encontrar.

Num trabalho sobre o texto *Martírio e heroísmo de mulheres da Alemanha Oriental: Fragmentos do calvário silesiano 1945-46*, do teólogo Johannes Kaps, Júlia Garraio explora esta perspetiva dramática de que as violações em tempos de guerra dão conta, por estigmatizarem as vítimas. Aliás, o título do seu texto é deveras eloquente: “O melhor é mesmo não falar sobre isso, pois não iremos recuperar a pureza”⁴. Atentemos neste relato que Júlia Garraio cita:

Para mim é ainda agora, passados cinco anos, muito embaraçoso falar sobre isso e ainda me aflige muito. Depois escreveram-se muitos relatos, mas nada mais nos ajudou a nós raparigas, quando muito, éramos olhadas de lado. O melhor é mesmo não falar sobre isso, pois não iremos recuperar a pureza. (Garraio, 2014: 15)

⁴ Júlia Garraio, ““O melhor é mesmo não falar sobre isso, pois não iremos recuperar a pureza”: Instrumentalização política, controlo da sexualidade feminina e estigmatização das vítimas de violação num texto católico alemão”, in *Quem me tocou? O corpo na simbólica religiosa*, 105-129, ed. por F. Henriques, T. Toldy e M^a L. Ribeiro Ferreira. Lisboa: CF-UL.

Quem se curva perante o sacrifício da mulher alemã do Leste alemão, que ainda hoje tem de viver desonrada, torturada, para sempre doente e a definhar? Quem honra a mulher que carregou o fruto de tais horas dolorosas e terríveis e deu à luz um filho que não queria? Quem sabe do tormento da mãe que foi desonrada inúmeras vezes perante os filhos, que perdeu o amor e a confiança dos próprios filhos? (...) Quem compreende o horror que foi feito às nossas meninas? (...) A maioria ainda vive. (Garraio, 2014: 84-5)

A mesma autora refere-se ao diário anónimo *Uma Mulher em Berlim*, em que se expressa a dificuldade, para os homens alemães, de lidarem com as violações, acrescentando que havia, certamente, muitas omissões para salvar a sobrevivência social:

Nós [...] teremos de nos manter caladas e agir como se, de facto, houvéssemos sido poupadas. Se não, nenhum homem quererá voltar a tocar em nós. (Anónimo2006, 148).

Esta situação do ocultamento e/ou ostracização social transporta consigo uma ironia asfíxiante: tendo sido vítimas de violência extrema em função de um imaginário social que as vulnerabiliza, é exigido às Mulheres violadas, em nome do mesmo imaginário social, que se comportem como se fossem elas as criminosas e se escondam como culpadas.

Uma outra autora ibérica, Montserrat Galcerán, escreve o seguinte,

no contexto do tema as Mulheres e a guerra:

Me habéis pedido que hable de "las mujeres y la guerra" y lo he ampliado, en un movimiento irreflexivo pero que dice mucho del lugar de las mujeres, "Dolor y guerra. Las mujeres". Hablar de las mujeres en la guerra nos obliga inmediatamente a cambiar el punto de mira: en el primer plano aparecen las víctimas de todo ese carnaval de violencia que es la guerra.

É importante aqui realçar a questão da dor e do sofrimento, porque o que a autora quer salientar é que se vai posicionar a partir dos corpos que sofrem e não num plano de pureza racional em que se passará a falar de mal, desmaterializando a dor, e que pode ser debatido em termos de legitimidade ou de barbárie ou de perspetivas éticas, mas que deixa para trás os sofrimentos reais das vítimas.

Isabel Coixet, no seu filme *A vida secreta das palavras* (2005), mostra exatamente o complexo de dor, de solidão e de morte que a guerra, nomeadamente na sua dimensão de violência sexual contra as Mulheres, pode provocar nas vítimas que sobrevivem. Referenciando-se, explicitamente, à guerra dos Balcãs, Isabel Coixet exhibe, através da protagonista, Hanna, a penosa sobrevivência de quem não só foi vítima de violência, como também, assistiu impotente à violência contra amigas e companheiras, denunciando que a vida, depois de

tais traumas, pode limitar-se a uma sobrevivência desolada e vazia, cheia de silêncios e medos.

Numa outra perspetiva que não a de vítimas, Svetlana Alexievich, no seu livro *A guerra não tem rosto de mulher* (2016), partindo do testemunho de Mulheres russas, combatentes na guerra contra a Alemanha, mostra uma guerra esventrada, cheia de morte, de devastação e de sofrimento, através dos olhares dessas Mulheres que combateram, mas repudiam a guerra, por desumana e absurda. Será com base numa apropriação dessa obra que terminará esta reflexão.

Factos e Debates

Se quisermos situar a violência sexual contra as Mulheres no seu contexto específico, o das violações, há um nome e uma obra incontornáveis: Susan Brownmiller e o seu livro da década de 1970, *Against our will: men, women and rape*.

O título da obra de Susan Brownmiller denuncia a sua perspetiva sobre a problemática. *Against our will* tem uma dupla leitura no contexto do livro: por um lado, afirma o direito das Mulheres ao seu corpo, colocando o violador no mesmo patamar da vítima e em posição de simetria, por direito próprio, por outro, denuncia que a conceitualização feita sobre a violação, ao longo dos tempos, assentava

numa ideologia patriarcal que ignorava, totalmente, a vontade ou a liberdade das Mulheres em relação a si mesmas, pelo que, ser violada tinha a ver com a honra da família ou da tribo, ou mesmo com os seus (da família ou da tribo) interesses pecuniários.

Neste sentido, este livro, embora seja controverso, tem o mérito de defender a tese de que a violação tem como objetivo intimidar as Mulheres e mantê-las num permanente estado de medo, assentando numa visão androcêntrica e patriarcal, desocultando, por isso, a dimensão política do fenómeno da violação que, assim, é retirado do estatuto de puro crime sexual violento.

Num quadro mais geral de violência contra as Mulheres que não apenas o da violação, e no interior de uma chave hermenêutica de raiz ilustrada, uma série de autoras de língua castelhana, entre as quais Celia Amorós, Rita Laura Segato, Marta Lamas ou María Luisa Femenías, têm-se ocupado em explorar o cariz político de todas as formas de violência sobre as Mulheres⁵.

⁵ Ver especialmente: Amorós, Celia (2008). *Mujeres e imaginarios de la globalización*. Rosario: Homo Sapiens. Segato, Rita Laura (2003). *Las estructuras elementales de la violencia*. Buenos Aires: Prometeo. Femenías, María Luisa (2011). ““*Monsieur Cannibale*”, monstruo invisible de la violencia”, *Andamios* 8 (17): 117-132. Femenías, María Luisa, Rossi, Paula Soza (2009). “Poder y violencia sobre el cuerpo de las mujeres”. *Sociologias* 11 (21): 42-65.

Tendo como horizonte referencial os crimes da Cidade Juárez, na fronteira norte do México, onde, desde 1993, milhares de Mulheres desaparecem para sempre ou voltam a aparecer como cadáveres, com marcas de violações, de mutilações e de torturas brutais, que permanecem misteriosamente impunes, tendo levado investigadoras e investigadores e público em geral a cunhar o vocábulo feminicídio, tais autoras insistem em procurar “as estruturas elementares da violência” contra as Mulheres – para usar o título de uma obra de Rita Segato – na busca de princípios explicativos da ameaça de domínio e de aniquilação que continua a perdurar sobre as Mulheres e os seus corpos.

Na conferência de abertura do Curso de Verão sobre violência de género, em 2003, publicada no nº 334 da série *Antropologia*, do Departamento de Antropologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, Rita Segato diz o seguinte:

Efectivamente, la antropología afirma que hasta las prácticas más irracionales tienen sentido para sus agentes, obedecen a lógicas situadas que deben ser entendidas a partir del punto de vista de los actores sociales que las

ejecutan, y es mi convicción que solamente mediante la identificación de ese núcleo de sentido - siempre, en algún punto, colectivo, siempre anclado en un horizonte común de ideas socialmente compartidas, comunitarias – podemos actuar sobre estos actores y sus prácticas, aplicar con éxito nuestras acciones transformadoras, sean ellas jurídico-policiales, pedagógicas, publicitarias o de cualquier otro tipo.

Entonces, si el trabajo hermenéutico de comprender los significados, por ejemplo, de la violencia de género, parece un trabajo perdido, demorado, bizantino, impráctico, creo yo que el reiterado fracaso de métodos supuestos como más eficientes y pragmáticos que la comprensión demorada de los hechos prueba lo contrario. (2)

Duas coisas de interesse para o propósito deste texto estão implicadas neste conjunto de afirmações, a saber: (1) antes de tudo, a ideia de que há sempre uma explicação racional que torna inteligíveis as ações sociais, por mais irracionais que a análise imediata delas possa parecer. Nesta perspetiva, a violência de género não é uma exceção, sendo fundamental, por isso, dar-lhe a inteligibilidade que possibilite uma intervenção transformadora e, no caso, irradicadora; (2) por outro lado, a ideia de que esse núcleo de inteligibilidade radica sempre numa dimensão coletiva de pontos de vista socialmente partilhados. Será esse aspeto comum que dá respaldo legitimador às práticas

sociais o que, no caso da violência de género, é particularmente penalizador para as Mulheres, na medida em que, como se viu antes, há um imaginário social construído ao longo de séculos que assenta na concetualização da natureza das Mulheres ou do feminino em termos de desigualdade e inferioridade em relação ao modo como a concetualização dos Homens e do masculino é feita.

Penso que é legítimo aproximar esta perspetiva da de María Luisa Femenías quando fala do canibalismo como *modus operandi* da violência ou como o seu monstro invisível (2009; 2011). Ou seja, a violência contra as Mulheres não corresponde à existência de uma natureza masculina, em si mesma considerada, mas sim, ao modo como se constrói culturalmente ‘o ideal de virilidade e de domínio’ (Femenías, 2011: 121). Assim:

Por tanto, leo “canibal” no como un individuo aislado sino como un modus operandi aceptado y sancionado socio-culturalmente, pero llevado al exceso. En otras palabras, sólo se reconoce como “violento” y, por ende, canibalístico el plus excesivo y disfuncional que la misma violencia patriarcal.

É importante reiterar que, qualquer destas análises interpretativas querem retirar a violência contra as Mulheres do plano do individual e privado, para a colocar no plano do social e do político, retomando

a ideia de que a violência contra as Mulheres, nomeadamente, a violência, é um crime do patriarcado.

É nesta mesma linha que se inscrevem as interpretações de Celia Amorós, nomeadamente na sua obra de 2008, *Mujeres e imaginarios de la globalización*, onde a autora procura compreender e explicar as consequências do processo de globalização na vida das Mulheres. Tanto como as respostas interpretativas de Celia Amorós, interessa perceber o seu móbil de investigação que advém de uma apreciação global da violência contra as Mulheres:

Ahora bien, la violencia contra las mujeres se presenta como una pandemia mundial al compás de la globalización. Al menos una de cada três mujeres ha sido golpeada, obligada a mantener relaciones sexuales indeseadas o sometida a algún otro tipo de abuso en su vida. Cada año, millones de mujeres sufren violaciones a manos de sus parejas, de familiares directos, amigos, desconocidos, empleadores, compañeros de trabajo, soldados o miembros de algún otro grupo armado. El setenta por ciento de las mujeres asesinadas muere a manos de su compañero sentimental y cuando de guerras se trata, según el Secretariado General de las Naciones Unidas, las mujeres y los niños representan casi el 80 por ciento de las bajas. (María Luisa Femenías e Paula Soza Rossi 2009, 58 - os sublinhados são das autoras)

No contexto deste quadro global, Celia Amorós procura paradigmas

interpretativos que estejam à altura de uma explicação estrutural, igualmente global, que ela configura estabelecendo a articulação entre o imaginário da globalização e o que designa por ‘imaginário libertino’, no âmbito de um ‘imaginário patriarcal’⁶.

Embora com outra raiz teórica, a perspetiva gadameriana-ricoeuriana da *eficácia do trabalho da história*, tenho defendido a importância de denunciar aquilo que tem *trabalhado* em nós ao longo dos séculos, originando os *esquemas de significação trans-subjetivos* com que interpretamos a realidade e nos instalamos nela (Henriques, 2010; 2012; 2013; 2016). Nomeadamente no que diz respeito à heterodesignação tradicional do feminino e das Mulheres, é necessário desnaturalizá-la e desconstruí-la se se quer, efetivamente, atacar na raiz as forças estruturais da violência contra as Mulheres. Por isso, tenho, igualmente, defendido que é preciso *raconter autrement*, para usar a expressão de Paul Ricoeur, a nossa Tradição, de maneira a desocultar novas narrativas e novas concetualizações que permitam a constituição de *esquemas de significação trans-subjetivos* em termos

⁶ Celia Amorós explora a posição de Manuel Castels (2004). *La era de la información*, 3 vols. Madrid: Alianza.) que caracteriza a era da globalização com três traços convergentes: a- o paradigma informacionista, b- a sociedade em rede, c- o novo modelo de desenvolvimento capitalista.

de simetria entre Homens e Mulheres, que possibilitem a superação daquilo que Nancy Fraser⁷ designa como *injustiça cultural ou simbólica* e que se relaciona com os padrões culturais de representação social que, no caso das Mulheres, são a dominação, a invisibilidade ou o desrespeito. Reverter essa injustiça social ou simbólica cometida contra as Mulheres significa produzir mudanças culturais e simbólicas que, no meu entender, obrigam necessariamente a uma releitura da tradição cultural e filosófica que nos tem trabalhado enquanto indivíduos e enquanto sociedades, porque, desconstrói a consciência histórica canónica e discriminadora que nos habita, abrindo caminho a novas construções de sentido.

⁷ Cf., Fraser, Nancy, Honneth, Axel (2003). *Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange*. Londres-Nova Iorque: Verso; Fraser, Nancy (1995). “From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a ‘Post-socialist’ Age”. *New Left Review* (I/212): 68-93; 2005. “Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação”, *Rev. Estudos Feministas* 15 (2): 291-308. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000200002> Acesso em 20 out. 2011; 2000. “Recognition without Ethics?”, *Theory, Culture & Society* (18): 21-42; 2000. “Rethinking Recognition: Overcoming Displacement and Reification in Cultural Politics”. *New Left Review* 3: 107-120; 2002. “A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação”. *Revista Crítica de Ciências Sociais* (63): 7-20.

Na convergência de todas estas reflexões, creio que há toda a pertinência em considerar que a violência sexual contra as Mulheres em tempo de guerra se inscreve no contexto de um imaginário discriminador que, no fundo, a legitima quer como ação mais ou menos individual quer como estratégia de guerra.

Susan Brownmiller, no livro acima citado, situa a origem das violações nos primórdios da humanidade e, na verdade, as investigações nesta área demonstram que tal fenómeno faz parte de um modo de pensar mais ou menos socialmente partilhado desde tempos imemoriais. Só para referir extremos marcantes, é o caso, por exemplo, das palavras de Goebbels, ao dizer que o homem deve ser treinado para a guerra e a mulher para a diversão do guerreiro, e é também o caso do *Deuterónimo* (20.13) que determina que o vencedor da guerra deve passar a fio de espada os homens e as mulheres (bem como outras coisas menores) como presa ou despojo (Amalia González Soares (Fernando Quesada, 2014: 41-42).

Também os passos jurídicos dados para proibir as violações em termos de situações de conflito demonstram o poder e a força das representações sociais partilhadas, uma vez que estão claramente expressas nas formulações normativas e legais que se vão construindo.

Neste contexto, vale a pena assinalar o caso do Código Lieber de 1863, código normativo militar elaborado pela *Union* durante a guerra civil americana, onde se tomava a violação como um comportamento gravemente sancionado, proibindo as violações sob pena de morte ou de punições severas, situando-se numa perspetiva muito avançada para a época, perspetiva, aliás, que os Convénios de Genève de 1949 não mantêm. Pelo contrário, tais Convénios expressam uma visão paternalista, por exemplo, o Convénio IV, em vez de proibição, opta pela ideia de proteção e em nome do pudor e da honra e não em nome da integridade física das mulheres. Aliás, as infrações graves do Convénio IV, estabelecidas no artigo 147 e que são comuns aos quatro Convénios, não incluem a violação contra as mulheres. Será apenas pela influência das análises feministas que se explicita a perspetiva paternalista das leis e se conseguem efetivar alterações. A sua atividade põe de manifesto que as Mulheres apareciam no Direito Internacional em duas categorias: “Mulheres e crianças” e “pessoas especialmente vulneráveis”. Releva, portanto, o olhar masculino com que está feita a lei por não considerar as Mulheres nas suas necessidades próprias, mas enquanto seres frágeis e com necessidade de proteção – paternalista, portanto. Por outro lado,

a ideia do pudor e da honra ligadas à violação é a demonstração clara da expressão de um imaginário patriarcal para quem as Mulheres são o sustentáculo da honra das tribos. Neste contexto, é interessante realçar que das 43 disposições que aparecem ligadas às Mulheres e ao conflito, nas convenções de Genève e nos protocolos adicionais, 19 estão ligadas às crianças e as violências sexuais sempre ligadas à questão da honra. (Cf., Carolina G. Sanches, 2015). No quadro da atividade feminista internacional, há que referir ainda, para além das determinações do Conselho de Segurança das Nações Unidas explicitadas no início do ponto 2 deste trabalho, as chamadas de atenção do CEDAW, da Conferência do Cairo de 1994 e da de Pequim de 1995.

Todas as intervenções legislativas internacionais, bem como os seus avanços em termos de considerar uma representação das Mulheres e do feminino digna e socialmente simétrica à dos Homens e do masculino, não impedem, contudo, que a violência sexual contra as Mulheres continue a subsistir e, sobretudo, que possa assumir a forma de estratégia de guerra, como foi (e é) o caso das novas guerras que

tiveram início nas últimas décadas do século XX⁸.

Segundo os dados das Nações Unidas entre 20.000 y 50.000 Mulheres foram violadas na década de 1990, na guerra da Bósnia – Herzegovina e entre 250.000 y 500.000 Mulheres foram violadas durante o genocídio do Ruanda, em 1994 (<http://www.stoprapenow.org>). Ora, no quadro do que ficou dito antes, que a violação possa ser uma arma de guerra só é compatível com um imaginário social que não só ainda não assumiu que as Mulheres são integralmente seres humanos como, está, certamente, fortalecido, por todas as novas formas de as encarar como perigosas e inimigas e os seus corpos como ‘campo de batalha’.

⁸ Cf., entre muitos outros, Heineman, Elizabeth (2008). “The History of Sexual Violence in Conflict Zones: Conference Report”, *Radical History Review* (101): 5-21. Oliveira, Ana Cláudia, Casagrande, Maria Clara, Luis Felipe Rebello (2015). “Os estupros como arma de guerra contra as mulheres durante a guerra na Bósnia (1992-1995): uma reflexão à luz do conceito de segurança humana das Nações Unidas”, *Revista Ártemis* XX: 128-140. Stiglmayer, Alexandra (ed) (1994). *Mass Rape: The War Against Women in Bosnia-Herzegovina*, University of Nebraska Press. de Prada, Jose Ricardo (2007). “Violencia sexual contra las mujeres en Bosnia y Herzegovina”. *Tiempo de Paz* (84): 37-46. Sskjelsbæk, Inger (2006). “Victim and Survivor: Narrated Social Identities of Women Who Experienced Rape During the War in Bosnia-Herzegovina”. *Feminism & Psychology* 16 (4): 373-403.

Conclusão: “A guerra não tem rosto de mulher”

Intitular a conclusão desta reflexão com recurso ao título do livro de Svetlana Alexievich tem a ver com a forma como o interpretei em relação ao conteúdo que designa.

Por um lado, ele pode apontar para a realidade da representação geral da relação entre as Mulheres e a guerra, representação essa para quem a guerra se declina sempre no masculino, como se disse no início deste texto. Neste sentido, o título que Svetlana Alexievich escolheu para o seu livro é irónico, na medida em que aquilo que constitui o seu conteúdo é o conjunto de depoimentos das muitas jovens raparigas russas que ou combateram ou entrevistaram de alguma maneira na frente de batalha. A relação do título com o conteúdo pode, por isso, também ser lida como denúncia da ocultação e do silenciamento do papel e da situação das Mulheres durante as guerras.

Por outro lado, o título do livro pode, de facto, querer dizer que as Mulheres sentem as guerras como uma violência estranha e pouco humana. Na verdade, os testemunhos recolhidos no livro dão conta, simultaneamente, do desejo das jovens raparigas em incorporar-se na frente de batalha para combater pelo seu país, mas, igualmente, da

sua rejeição pelas atrocidades e pela violência absurda das guerras. Nesse quadro, o título escolhido por Svetlana Alexievich pode querer mesmo realçar o desacerto entre as Mulheres e a guerra, sendo, digamos, literal.

Parece-me, contudo, que são as duas interpretações cruzadas que melhor satisfazem a relação entre o título e o conteúdo do livro, porque, de qualquer maneira, Svetlana Alexievich quis dizer a guerra no feminino e não repetir a monocórdica ladainha masculina, habitualmente centrada nos chamados factos, nos números ou nas heroicidades mais ou menos condecoradas. Contrastando com isso, Svetlana Alexievich quis falar dos sentimentos, dos sofrimentos e da devastação psicológica e social que as guerras produzem, tomando tudo isso como central e não como ‘danos colaterais’.

Porque a guerra, para toda a gente, mas, sobretudo, para as Mulheres, é sofrimento, medo, humilhação e, em última análise, pode ser destruição e morte simbólica como se viu antes. Nesse sentido, Svetlana Alexievich ao mostrar a guerra através dos rostos desfigurados de algumas Mulheres, desocultando as suas imensas e variadas cicatrizes, trouxe à ribalta um pouco de justiça em relação ao imenso esquecimento a que elas foram votadas na maior parte dos balanços

e das investigações.

Mas Svetlana Alexievich faz ainda mais em prol da resignificação da representação das Mulheres nos quadros de conflito armado porque destrói totalmente a ideia de que a ‘natureza’ das Mulheres é apenas fragilidade e fraqueza, pelo que elas necessitam sempre de ser protegidas. As Mulheres, outrora jovens raparigas de que a autora recolhe os testemunhos, dão conta de medos, de sofrimento e de angústia, sentimentos que, todavia, não lhes tolheram a determinação de se enfrentarem ao combate e às situações de resistência ou de perigo. É, pois, do interior da sua total humanidade que elas assumem a tarefa de combater pelo seu país.

No seu livro, *Marcos de Guerra. As vidas choradas* (2009), que é, como a autora refere, de alguma maneira, uma continuação de *Vida Precária* (2006), Judith Butler põe de manifesto que na guerra se controla e se potencia os afetos, através da definição de ‘marcos’ de análise que moldam o estatuto ontológico de certas populações, apresentando-as como menos capazes e não merecedoras de ser choradas. Nesse contexto, a destruição dessas populações perde a relevância porque, como diz, onde não havia vida efetiva – digna, merecedora, inteligível – não poderá haver morte. Creio que aquilo que os

testemunhos do livro de Svetlana Alexievich fazem é exatamente realçar o valor de todas as vidas, o seu valor intrínseco, mesmo as dos inimigos, e, por essa via, retirar às guerras qualquer legitimidade. Por outras palavras e repetindo Todorov, já citado: *nunca poderá haver guerras justas; quando muito, poderá apenas haver guerras inevitáveis*.

Referências Bibliográficas

- Alexievich, Svetlana (2016). *A Guerra não tem Rosto de Mulher*. Amadora: Elsinore.
- Amorós, Celia (2008). *Mujeres e imaginarios de la globalización*. Rosario: Homo Sapiens.
- Anónimo (2006). *Uma Mulher em Berlim*. Trad. Hans Helmker & Fernanda Helmker. Lisboa: Texto Editores.
- Brownmiller, Susan (1975). *Against our will: men, women, and rape*. Bantam Books.
- Castells, Manuel (2004). *La era de la información*, 3 vols. Madrid: Alianza.
- Cohn, Carol, (ed) (2015). *Las Mujeres y las Guerras*. Barcelona: Edicions Bellaterra.
- Curie, Mme Pierre (1921). *La radiologie et la guerre*. Paris: Félix Alcan.
- Butler, Judith (2006). *Vida Precaria: el poder del duelo y la violencia*. Buenos Aires: Paidós.
- Butler, Judith (2009). *Marcos de guerra. Las vidas lloradas*. Buenos Aires: Paidós.
- Femenías, María Luisa (2011). ““*Monsieur Cannibale*”, monstruo invisible de la violencia”. *Andamios* 8 (17): 117-132.
- Femenías, María Luisa, Rossi, Paula Soza (2009). “Poder y violencia sobre el cuerpo de las mujeres”. *Sociologias* 11 (21): 42-65.
- Fraser, Nancy, Honneth, Axel (2003). *Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange*. Londres-Nova Iorque: Verso.
- Fraser, Nancy (1995). “From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a 'Postsocialist' Age”. *New Left Review* (I/212): 68-93.
- Fraser, Nancy (2005). “Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação”. *Rev. Estudos Feministas* 15(2): 291-308.
- Fraser, Nancy (2001). “Recognition without Ethics?”. *Theory, Culture & Society* (18): 21-42.
- Fraser, Nancy (2000). “Rethinking Recognition: Overcoming Displacement and Reification in Cultural Politics”. *New Left Review* 3: 107-120.
- Fraser, Nancy (2002). “A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação”. *Revista Crítica de Ciências Sociais* (63): 7-20.
- Galcerán Huguet, Montserrat (2002-2003). “Dolor y guerra. Las mujeres”, *Revista Cuaderno de Materiales. Filosofía e Ciências Humanas* (19). Em linha <http://www.filosofia.net/materiales/>; <http://www.filosofia.net/materiales/num/num19/dolor.htm>. Última consulta: 5 de outubro de 2016.
- Garraio, Júlia (2014). “O melhor é mesmo não falar sobre isso, pois não iremos recuperar a pureza” Instrumentalização política, controlo da

- sexualidade feminina e estigmatização das vítimas de violação num texto católico alemão”. In *Quem me tocou? O corpo na simbólica religiosa*, 105-129, ed. por F. Henriques, T. Toldy e M^a L. Ribeiro Ferreira. Lisboa: CF-UL.
- Giroud, Françoise (1981). *Um génio-Madame Curie*. Sintra: Inquérito.
- Kaps, Johannes (ed.) (1954). *Martyrium und Heldentum Ostdeutscher Frauen. Ein Ausschnitt Aus Der Schlesischen Passion 1945/46*. München: Christ Unterwegs.
- Mann, Carol (2010). *Femmes dans la guerre, 1914-1945. Survivre au féminin devant et durant deux conflits mondiaux*. Paris: Pygmalion.
- Heineman, Elizabeth (2008). “The History of Sexual Violence in Conflict Zones: Conference Report”. *Radical History Review* (101): 5-21.
- Henriques, Fernanda (2010). “Concepções filosóficas e representações do feminino: Subsídios para uma hermenêutica crítica da tradição filosófica”. *Revista Critica de Ciências Sociais* (89):11-28.
- Henriques, Fernanda, Toldy, Teresa (2012). “Desconstruindo antropologias assimétricas”. *Impossibilia* (4): 18-33.
- Henriques, Fernanda, Toldy, Teresa (2012). “A conceção inferior do feminino como “entidade transparente”na Filosofia e na Teologia”. in *Mulheres que ousaram ficar. Contributos para a Teologia feminista, 121-164*, ed. por F. Henriques, T. Toldy, M^a Carlos Ramos, J. Dias. Leça da Palmeira: Letras e Coisas.
- Henriques, Fernanda (2013). “The Need for an Alternative Narrative to the History of Ideas or To Pay a Debt to Women. A Feminist Approach to Ricoeur’s Thought”. *Études Ricoeuriennes / Ricoeur Studies* 4 (1): 7-20. Acessível on line. Última consulta 5 de outubro de 2016. DOI 10.5195/errs.2013.172. <http://ricoeur.pitt.edu>.
- Henriques, Fernanda, Toldy, Teresa (2016). “The contribution of Ricoeur’s Hermeneutics to a Feminist Perspective on Postcolonial Theology”. In *Feminist Explorations of Paul Ricoeur’s Philosophy*, 239-257, ed. por A. Halsema e F. Henriques. New York: Lexington Books.
- Ockrent, Christine (org) (2007). *O livro negro da condição das mulheres*. Lisboa: Temas e Debates.
- Oliveira, Ana Claudia, Casagrande, Maria Clara, Luis Felipe Rebello (2015). “Os estupros como arma de guerra contra as mulheres durante a guerra na Bósnia (1992-1995): uma reflexão à luz do conceito de segurança humana das Nações Unidas”. *Revista Ártemis* XX: 128-140.
- Prada, Jose Ricardo de (2007). “Violencia sexual contra las mujeres en Bosnia y Herzegovina”. *Tiempo de Paz* (84): 37-46.
- Quesada, Fernando (ed) (2014). *Mujeres y Guerra, Cuerpos, territorios y anxiones*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Quérel, Claude (2004). *Femmes dans la guerre, 1939-1945*. Paris: Larousse.
- Sánchez, Carolina Jiménez (2015). *Las mujeres en los conflictos armados: conflicto, proceso de paz y posconflicto*. Málaga: Universidade de Málaga.
- Segato, Rita Laura (2003). *Las estructuras elementales de la violencia*. Buenos Aires: Prometeo.
- Segato, Rita Laura (2005). "Territorio, soberanía y crímenes de segundo estado: la escritura en el cuerpo de las mujeres muertas en Ciudad Juárez" en M.L. Femenías. *Perfiles del feminismo Iberoamericano*. Buenos Aires: Catálogos, 175-200.
- Segato, Rita Laura (2014). “Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres”. In *Mujeres y Guerra, Cuerpos, territorios y anxiones*, ed. por Fernando Quejada, 147-186. Madrid: Biblioteca Nueva.

Skjelsbæk, Inger (2006). “Victim and Survivor: Narrated Social Identities of Women Who Experienced Rape During the War in Bosnia-Herzegovina”. *Feminism & Psychology* 16 (4): 373-403.

Stiglmayer, Alexandra (ed) (1994). *Mass Rape: The War Against Women in Bosnia-Herzegovina*. University of Nebraska Press.

Thébaud, Françoise (2004). «Penser la guerre à partir des femmes et du genre: l'exemple de la Grande Guerre», *Astériorion* (2). Última consulta 30 de setembro de 2016. URL: <http://asterion.revues.org/103>.

Thébaud, Françoise (1995). “A Grande Guerra. O triunfo da divisão sexual”. In *História das Mulheres. O século XX*, ed. por Françoise Thébaud, 31-93. Porto, Afrontamento.

Thébaud, Françoise (2014). «Penser les guerres du XX^e siècle à partir des femmes et du genre. Quarante ans d'historiographie». *Clio. Femmes, Genre, Histoire* (39): 157-182.

Webgrafia citada:

http://www.liberation.fr/planete/2011/03/22/ilnexistepasdeguerrejuste_723299

<https://www.youtube.com/watch?v=RX1h74xuo0s>

<https://unric.org/pt/mulheres/17999>

<http://www.igualdade.gov.pt/index.php/pt/area-internacional/resolucao-1325.html>

<http://www.stoprapenow.org>

Ficha curricular

Fernanda Henriques, PhD em filosofia. Professora Emérita da Universidade de Évora. Autora do livro *Filosofia e Género. Outras narrativas sobre a tradição ocidental*, 2017.